

Russell contra Russell: Conceitos Denotativos e o Exemplo da Elegia de Gray

Bismarck Bório de Medeiros¹

Resumo

O artigo tem como intuito expor e localizar historicamente as motivações e esforços de Bertrand Russell para definir a função dos denominados conceitos denotativos em sua obra, *Principles of Mathematics*, com sua teoria e base filosófica. Mostraremos que os conceitos denotativos são modificados em escritos posteriores e por fim, descartados em seu artigo de 1905, *On Denoting* – havendo, neste artigo, substanciais alterações em sua Teoria das Descrições devido a uma mudança de posição filosófica – com o exemplo crítico (tida por muitos como controversa e confusa) conhecido como o exemplo da Elegia de Gray, onde buscaremos explicitar suas motivações e interpretações.

Palavras-chave: Bertrand Russell; Conceitos Denotativos; Descrições Definidas; Elegia de Gray; Logicismo.

Russell against Russel: Denotative Concepts and Gray's Elegy Argument

Abstract

The paper aims to expose and historically locate Bertrand Russell's motivations and efforts to define the function of the so-called denotative concepts in his work, *Principles of Mathematics*, within its theory and philosophical basis. We will show that the denotative concepts are modified in later writings and finally discarded in his 1905 article, *On Denoting* – with, in this paper, substantial changes in his theory of descriptions, due to a change in your philosophical position – with criticism (considered by many as controversial and confusing) known as Gray's Elegy, where we aims to explain your motivations and interpretations.

¹ Doutorado em andamento na área de Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria.

Keywords: Bertrand Russell; Definite Descriptions; Denotative Concepts; Gray's Elegy; Logicism.

Introdução

A filosofia no início do século XX sofreu grandes transformações em sua conjuntura com o advento da filosofia analítica. O modo de se fazer filosofia, suas realizações e objetivos mudaram e perderam pretensões características, derivadas de pensadores predecessores – desde Platão e Aristóteles até Kant e Hegel – a estruturação de sistemas filosóficos mais generalistas. Nesse sentido, passou a haver um maior interesse na exposição e resolução de problemas de ordem lógica, linguística e epistemológica, com um método filosófico voltado à análise, decompondo-se o que falamos e como falamos em suas partes constituintes. Ou seja, para as vertentes filosóficas de cunho analítico, a linguagem toma uma importância no cenário que anteriormente era do mundo e seus fenômenos. Não que estes últimos tenham sido negligenciados: é que a tradição filosófica analítica que se estabeleceu teve por primazia seu foco detido nas formas de conhecermos e representarmos as coisas, e assim termos estruturas linguísticas adequadas para podermos compreender, elaborar e enunciar proposições sobre o mundo. Logo, a prerrogativa de tal esforço filosófico preocupa-se mais com as formas. Questões acerca do que falamos depende de como falamos, e de nossas sentenças sobre objetos e fenômenos.

A tradição filosófica analítica iniciou-se basicamente como consequência de duas linhas de raciocínio que inicialmente ainda não tinham tais pretensões metodológicas. Ela nasce como um conjunto de críticas ao Idealismo Inglês e sua *doutrina da realidade de relações internas* – cuja escola tem como principais filósofos T.H. Green, F.H. Bradley e John McTaggart – propostos por G.E. Moore e Bertrand Russell, acompanhados de seus próprios sistemas nos livros *Principia Ethica* e *The Principles of Mathematics* (PoM), respectivamente; e com o projeto logicista de reduzir proposições matemáticas a proposições lógicas, intencionado também por Bertrand Russell e por Gottlob Frege.

Na primeira linha de raciocínio – com o intuito de se contrapor ao holismo idealista onde todos os juízos acerca das coisas dependiam um do outro para que o sistema fosse internamente coerente – há um tipo de realismo direto baseado em um atomismo lógico (alguns autores como Peter Hylton preferem caracterizar o período anterior ao artigo ‘On Denoting’ de Platonismo Lógico), onde cada sentença contém uma proposição significativa

que corresponde (verdadeira) ou não (falsa) isomorficamente às entidades expressas gramaticalmente. Sua metafísica subjacente tinha a noção de particulares, universais e formas lógicas como fundamentais, e gramaticalmente toda sentença atômica significativa se estruturava como uma função proposicional (Fx) sujeito-predicado (x é F), tendo suas relações em conjunto com os quantificadores e conectivos lógicos. Russell e Moore (sendo Russell o que mais se aprofundou filosoficamente na constituição do sistema) comprometeram-se ontologicamente com:

- (a) entidades físicas independentes da mente, como casas, gatos, pedras, cadeiras;
- (b) entidades abstratas (proposições, relações e classes) e;
- (c) algum tipo de existência atribuída a objetos do pensamento (Papai Noel, a montanha dourada, o maior número primo).

Os compromissos (a) e (b) foram adequados ao sistema filosófico proposto, porém (c), mais precisamente o que chamamos linguisticamente de descrições definidas, encontrou certos problemas a serem representados neste modelo. Aqui entramos na primeira obra de Russell acerca do tema.

1. *Principles of Mathematics* e os conceitos denotativos

Russell destaca a importância das descrições definidas pela primeira vez em seu livro *Principles of Mathematics* (doravante PoM) de 1903. Como o próprio filósofo inglês relata no apêndice A² deste mesmo livro, sua discussão tem influência direta da obra de Frege a partir da distinção de sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*) – que ele diferencia em seu texto como *significado* e *indicação* – do qual Russell se aproxima com suas noções de significado (*meaning*) e denotação (*denotation*), respectivamente. No contexto de Frege, a referência seria um objeto independente do modo de apresentação pelos quais os falantes o expressam. Isto vale tanto para as descrições: quando elas nada referenciavam, eram

² Russell destaca neste apêndice três pontos que fazem ele e Frege distanciarem-se: (1) o paradoxo do conceito na obra de Frege, onde termos singulares só podem se referir a objetos e não a conceitos; (2) sua crença de que uma proposição que contenha um termo pode ser analisada por este termo e por outras asserções que o envolvam; (3) e o paradoxo de Russell da totalidade de predicados que não predicam a si mesmos (RUSSELL, 1903, p. 509). O segundo ponto é relevante na discussão sobre descrições definidas, pois tanto podemos ter uma indicação que não tem relação direta com nenhum dos termos utilizados para referenciá-la, bem como tal referência pode ser inexistente.

destituídas de valor de verdade. Já para Russell em PoM, esta explicação não é satisfatória, e a denotação seria uma relação entre os termos e seus conceitos envolvidos na expressão, como veremos abaixo.

Com um método voltado à linguagem e avançando o projeto logicista da Matemática, ele destaca em sua análise o status da gramática como seu guia, por tê-la como algo “mais próximo de uma lógica correta que a corrente opinião dos filósofos” (RUSSELL, 1903, p. 43). Deste modo, oscilando entre definições de noções gramaticais (substantivo, adjetivo, conceito, verbo) de maneira linguística e não-linguística, a utilização da noção ampla de *termo* serviu aos seus propósitos de destacar logicamente qualquer (ou alguma) unidade, particular ou entidade que possa ser mencionada – uma pessoa, um país, um número ou uma relação por exemplo – aproximando-se da possibilidade de explicitar todos objetos do pensamento que tenham algum tipo de *ser*.

Para o Russell do PoM, o Ser (*Being*) é algo pertencente a qualquer termo concebível, e a negação de algo implica que este algo seja falso ou desprovido de significado. Ou seja, o que venha a ter significado detêm em si algum tipo de ser. Esta visão é destacada por Graham Stevens em seu livro, denominando-a na tradição como um tipo de Meinongianismo (STEVENS, 2011, cap. 2). Porém, visto assim de maneira ingênua, tal concepção nos levaria a admitir as existenciais negativas ou termos que a nada se referem, e com isso a um paradoxo – de coisas que não existem têm algum “tipo” de ser para que discursemos acerca delas. Eis aí o problema dos existenciais negativos, dos nomes e descrições vazias que o sistema russeliano procurará dar uma resposta³.

Voltando à noção de termo, este pode ser distinguido entre *coisas* e *conceitos*. Coisas são expressas por nomes próprios e conceitos são expressos por adjetivos (predicados e conceitos-classe) e verbos (relações). Realizando transformações gramaticais visando enquadrar verofuncionalmente dentro da estrutura lógica de sujeito-predicado sentenças significativas, Russell introduz a noção de denotação como uma propriedade de um tipo de conceito quando a proposição em que eles se encontram não são sobre o conceito, mas “(...)

³ Há uma distinção entre ser e existir que destaca-se em PoM, definida por (RUSSELL, 1903, pp.455-456): “Ser é aquilo que pertence a todo termo concebível, a todo possível objeto de pensamento – em suma, a tudo o que pode ocorrer em qualquer proposição, verdadeira ou falsa, e a todas essas proposições em si. (...) Os números, os deuses homéricos, as relações, as quimeras e os espaços quadridimensionais, todos têm existência, pois se não fossem entidades de uma espécie, não poderíamos fazer proposições sobre eles. Assim, ser é um atributo geral de tudo, e mencionar qualquer coisa é mostrar que assim é. A existência, ao contrário, é prerrogativa de alguns apenas entre os seres. (...) esta distinção é essencial, se quisermos negar a existência de alguma coisa. Pois o que não existe deve ser alguma coisa, ou não teria sentido negar a sua existência; e portanto precisamos do conceito de ser, como aquilo que pertence até mesmo ao inexistente.

sobre um termo conectado de um certo modo peculiar ao conceito” (RUSSELL, 1903, p. 54).

O que a citação acima quer dizer? Para entendermos a afirmação de Russell e o problema embutido que ela gera, temos que saber que já na construção de PoM, havia uma metafísica e epistemologia subjacentes em suas ideias lógico-semânticas. Do ponto de vista epistêmico, temos acesso direto e conhecimento do mundo por contato (*by acquaintance*) e por descrição (*by description*). Isso é importante, pois a significação e compreensão da linguagem está associada às entidades que acessamos no mundo. Nossa semântica estaria delimitada por nossa *episteme*. Portanto, a significatividade e inteligibilidade de proposições, termos e expressões estariam diretamente relacionadas e restritas a algo com que temos algum tipo de contato.

Devido às considerações epistemológicas mencionadas acima, segue-se que entidades, relações, atributos e propriedades sobre as quais o conteúdo proposicional de uma sentença que alguém enuncia, encontram-se entre os constituintes da proposição asserida. Pensemos nisso com o exemplo ‘Sócrates é mortal’, a proposição é acerca de Sócrates e sua propriedade da mortalidade, assim como ‘Sócrates precede Platão’, a proposição é sobre uma relação de precedência entre ambas as entidades expressadas pelos termos Sócrates e Platão. Porém, aparentemente, isso não acontece com todas as asserções significativas. Suponhamos que encontrei um amigo chamado ‘Jones’.

No entanto, quando alguém me pergunta quem eu encontrei, eu respondo ‘Eu encontrei um homem’. O termo ‘um homem’ não significa exatamente a pessoa que eu encontrei, nem a propriedade da humanidade ou de ser do sexo masculino. Também podemos observar que não expressa a mesma proposição, caso eu afirmasse ‘Eu encontrei Jones’, pois o termo ‘um homem’ pode ser aplicado a qualquer *x* que seja homem. Dito de outro modo, ‘um homem’ aplica-se a qualquer coisa que esteja na classe de todos os *x*’s, onde *x* é homem, enquanto Jones denota um particular. Portanto o termo ‘Jones’ não é substituível por ‘um homem’ *salva congruitate*. Na análise de Russell no artigo *On Denoting* (doravante OD), é observado que as expressões denotativas são portadoras desta anomalia lógica, como veremos adiante.

Denotar, de maneira mais linguística e contraposta à noção de conotação, está associado à capacidade de uma expressão ou descrição atributiva extensivamente referir-se a algo. Russell, em um escrito não publicado pós-PoM, intitulado *On Meaning and Denotation of Phrases* (doravante OMD), busca deixar mais claro a noção de denotação:

Há frases que têm a ver apenas com denotação, outras que têm a ver apenas com significado, e ainda outras que têm a ver com ambos. As frases que têm a ver com ambos têm uma relação diferente com os dois: a denotação é o que designam... e pode-se dizer que o significado é o que expressam. Mas tanto designar como expressar têm a ver com a linguagem: a questão logicamente importante é a relação entre o que é expresso e o que é designado. Pois quando um nome designa e expressa, isso não é arbitrário, mas se deve a uma relação entre os objetos designados e expressos. Esta relação é o que chamarei de denotação. Assim, é o significado, e não o nome, que denota a denotação; e denotar é um fato que diz respeito à lógica, não à teoria da linguagem ou à nomeação. (RUSSELL, 1994, pp. 317-318, tradução nossa)

Já expressões denotativas são vistas filosoficamente de outra maneira: como expressões que podem ser constituídas – levando em consideração gênero e número – das palavras ‘o’, ‘todo’, ‘algum’, ‘cada’, ‘qualquer’ ou ‘um’ que, em conjunto com um conceito-de-classe (class-concept), denotam algo. Porém, observe no exemplo anterior que o problema encontra-se em que expressões do tipo de ‘um homem’. Mesmo que esta expressão denote determinadas coisas ou conceitos, do ponto de vista epistêmico acessamos por contato direto objetos que não condizem com aquilo que as expressões significam. Tenho o contato direto com a entidade denotada pelo termo ‘Jones’, mas não com ‘um homem’. De maneira análoga, quando estou na praia e falo “cada grão de areia na praia de Genipabu mede cerca de ½ mm”, não tenho como estar em contato com ‘cada grão de areia’ (até por uma impossibilidade perceptiva); porém o termo é obviamente significativo.

Ora, se expressões denotativas são apreensíveis cognitivamente mas não temos contato ao que elas denotam, disso se segue que ou a metafísica e epistemologia desenvolvida por Russell são deficitárias em alguns de seus aspectos ou expressões denotativas são sobre algo que não o que elas explicitam diretamente em seus termos, e sim a algo intermediário – entre o termo e o objeto – que denota o que quem enunciou a expressão denotativa quis referir. Russell opta pela última colocação, introduzindo o que foi chamado de *conceitos denotativos* em sua obra.

A postulação de conceitos denotativos em PoM tanto visa manter uma coerência epistemológica quanto preservar o caráter de verdade ou falsidade das proposições que incluem descrições – devido a natureza lógica das mesmas, relacional entre conceitos e termos – denotarem termos que não estão entre os constituintes da proposição em que estes termos se encontram, empregando-se conceitos que remetem a uma classe de objetos que denotam um ou mais objetos pertencentes a essas classes, dependendo das seis palavras

utilizadas ('o', 'todo', 'algum', 'cada', 'qualquer' ou 'um'). Quando eu digo que “Todos os sapos são anfíbios”, a expressão denotativa ‘todos os sapos’ tem como conceito denotativo o conceito-de-classe de sapos, associado a palavra ‘todos’, porém a expressão não é sobre o conceito e sim sobre sapos – um termo (neste caso, de entidades) distinto ao que integra a proposição⁴.

A teoria da denotação introduzida por Russell em PoM foi importante dentro de seu projeto e da Filosofia da Matemática para explicar o significado de enunciados e axiomas, como “cada número finito tem um sucessor” ou “todo número é par ou ímpar”. Além disso, serviu para manter certos compromissos epistemológicos e ontológicos que faziam parte de seu projeto logicista, como a apreensão cognitiva de totalidades infinitas⁵ (o conjunto dos números naturais, por exemplo). Neste caso, as totalidades infinitas foram consideradas como entidades atuais no mundo, e não potenciais, derivadas da iteração de algum tipo de função recursiva ou processo – assumindo neste sentido uma posição cantoriana sobre a infinidade dos conjuntos. Porém, esta teorização encontrou algumas dificuldades ao decorrer de poucos anos, posta sob esforço filosófico do próprio Russell entre 1903 a 1905.

2. Problemas e o contexto do *On Denoting*

Logo após a publicação de PoM, Russell pôs-se a tentar definir os termos expostos em sua obra. Os recursos utilizados para explicar dentro do Atomismo Lógico o ato a denotação pelo termo intermediário dos conceitos denotativos não estava de acordo com seus pressupostos, encontrando “curiosas dificuldades” (RUSSELL, 1905, p. 479) associadas tanto a definição quanto de naturezas lógica, semântica e epistêmica.

A primeira delas é que os conceitos denotativos como conceitos-de-classe não se adequam às definições de classe estabelecidas em PoM, pois, se classes são coleções de objetos (mesmo tendo em si uma ideia de unidade), elas não podem ser vazias nem unitárias (RUSSELL, 1903, p. 69). Porém, se uma descrição definida significativa – com uso dos artigos ‘a’ e ‘o’ – denota algo, então este algo deve obedecer uma cláusula de unicidade, pois se não obedece, a descrição deixa de ser definida. Logo, não se caracterizando como uma classe. Além disso, se a descrição não denota algo, o conceito denotativo corresponde a um conjunto vazio, fugindo, novamente, da definição de classe russeliana⁶.

⁴ Exemplo retirado de (KREMER, 1994).

⁵ Tal ponto foi observado em (MAKIN, 2000, p. 199), sendo apontado por Russell ao longo do capítulo 17 do PoM.

⁶ Este motivo pode ter sido um dos motivos que levou Russell a ter seus exemplos e críticas a sua teoria anterior

Mesmo que conjuntos unitários e vazios fossem considerados como classes, restariam problemas relativos à complexidade dos termos denotativos. Tal característica foi exposta inicialmente em OMD, Russell se dá conta que expressões denotativas podem ter dentro de seu enunciado outras sentenças denotativas que são constituintes da expressão. Nesses casos, a sentença denotativa contida acrescenta semanticamente à sentença complexa, mas não faz parte do objeto denotado pela expressão que constitui. Aqui, podemos considerar o próprio exemplo utilizado por Russell em OD envolvendo o termo “o Sistema Solar” (RUSSELL, 1905, p. 482). Este termo pode ser considerado como expressão denotativa, mas também como um constituinte da expressão “o centro de massa do sistema solar”. Nesse segundo caso, ele não denota a mesma coisa que ele denota em “o Sistema Solar”. Desta maneira, conceitos denotativos podem estar contidos dentro de outros conceitos denotativos. Isso torna as expressões cada vez mais difíceis de se estabelecerem conforme o princípio epistemológico por contato (*by acquaintance*). Outrossim, isso envolve relações entre classes e até classes de classes dentro do escopo dos conceitos denotativos, que tem como consequência o chamado paradoxo de Russell⁷.

A complexidade dos conceitos denotativos foi negligenciada em PoM. Em OMD ela foi melhor analisada e associada ao termo que a denota e seu significado, não ao que é denotado. Deste modo, os conceitos denotativos foram denominados apenas como ‘complexo’ (RUSSELL, 1994, p. 288) sendo que com o mesmo sentido em OD foi utilizado o termo ‘complexo denotativo’ (KRAMER, 1994, p. 269). Quanto mais complexos os termos, maior deve ser o entendimento acerca da relação entre seus constituintes para sabermos sobre o que tal expressão denota. De acordo com o Atomismo Lógico, a ordem não é estabelecer as relações entre os termos para saber algo acerca de objetos, mas sim o contrário. Isso faz com que a concepção dos conceitos denotativos torne-se desajeitada e incoerente dentro do arcabouço filosófico considerado (KREMER, 1994, p. 271).

as descrições definidas em OD, pois foram estas as maiores geradoras de problemas envolvidos em sua relação com os conceitos denotativos.

⁷ Russell, descobrindo tal paradoxo em Junho de 1901, envia uma carta a Frege com uma crítica à estrutura de sua teoria de classes que baseava em sua definição de conceito envolvendo classes de objetos. Hylton destaca a utilização deste no axioma V de seu *Grundgesetze der Arithmetik*: dois conceitos são iguais apenas no caso destes serem coextensivos (HYLTON, 1990, pp. 228-229). Considerando que há classes que contêm a si mesmas como elemento e classes que não contêm, podemos conjecturar uma classe que contenha todas as classes que não contêm a si mesmas. Esta não se realiza, pois se ela não contêm a si mesma ela deveria ser elemento de si, e se ela for elemento de si ela não cumpre o critério de não conter a si mesma. Este modo de raciocínio definicional acerca de coleções de objetos e considerando classes como objetos pode se aplicar a outras estruturas semânticas, como em predicados que não são predicáveis em si mesmos, proposições que são proposições de si mesmas etc. Quando há tal tipo de definição, Russell a chama de *impredicativa*, sendo para ele fonte de paradoxos e contradições.

É no cenário descrito acima que Russell estabelece a relação lógica entre a denotação e o significado do (que em OD ele já toma o último como sinônimo – quando falando sobre um complexo denotativo e sendo este proposicional – do que era chamado antes de conceito denotativo) complexo. Veremos na próxima seção as consequências da análise com base na afirmação de que ‘*a relação entre o significado e a denotação não é meramente linguística: deve haver uma relação lógica envolvida, que expressamos dizendo que o significado denota a denotação*’ (RUSSELL, 1905, p. 486).

3. A análise do *On Denoting*

Chegamos ao canônico artigo de 1905 publicado na revista *Mind*, intitulado *On Denoting* (Sobre a Denotação). Russell inicia propondo uma teoria das descrições melhor que as de Meinong e Frege, pois ela soluciona problemas propostos dentro do próprio artigo que as outras teorias não solucionam adequadamente. A questão em OD é demonstrar que tais problemas aparecem ou derivam do fato de não expressarmos corretamente a forma lógica das expressões consideradas. Levando em conta tal abordagem, uma expressão contendo uma descrição definida tal como ‘o atual rei da França é calvo’ não deve ser considerada como uma relacionando sujeito-predicado ou intermediada por um conceito-de-classe que denota o objeto por meio de um complexo denotativo (anteriormente tido como conceito denotativo), mas como portadora de uma forma lógica diferente do aparente enunciado em linguagem natural. A análise não é feita a partir de uma gramática filosófica como feita em PoM (RUSSELL, 1903, p. 43), e sim de uma organização lógico-formal da linguagem. Isso mostra uma mudança por parte de Russell na sua própria forma de entender a análise filosófica.

Retornando a estrutura do artigo, Russell expõe sua teoria de quantificadores e variáveis como fundamentais⁸ para estabelecer uma função proposicional, se utilizando de uma abordagem onde há uma definição dos termos estruturada em significado e denotação. Em uma nota de rodapé ele esclarece que sua teoria demonstra aproximadamente o mesmo que a teoria de Frege. Tem-se conhecimento, como informação adicional, que houve troca de cartas entre eles discutindo pontos relativos ao projeto logicista, onde Russell busca uma comensurabilidade entre os termos utilizados em suas teorias. Frege usa os termos *Sinn* e *Bedeutung* – traduzidos por sentido e referência – enquanto Russell usa os termos significado e denotação. Com base na troca de correspondências entre eles, é possível trabalhar com os

⁸ Russell desenvolve sua teoria da quantificação em um artigo não publicado de 1904 chamado ‘On Fundamentals’.

termos fregeanos tal como os russelianos. Mesmo que existam diferenças no uso lógico dos termos⁹ em função dos compromissos ontológicos assumidos por ambos em suas filosofias¹⁰, as consequências lógicas expostas por Russell em sua crítica em OD construída com os termos significado e denotação aparentemente estendem-se a Frege. Mas esta é uma discussão ainda em aberto que tocaremos mais adiante.

Russell procura mostrar diferenças entre o significado e a denotação de uma descrição qualquer (como exemplos temos o Rei da Inglaterra, o autor de Waverley, o Sistema Solar). Segundo ele, os significados das expressões denotativas podem ser complexos e indeterminados devido à relação entre seus constituintes, mesmo quando a expressão denota algo simples e determinado¹¹. Contudo, Russell observa que quando uma expressão tem significado e denotação, a teoria adotada tem que explicar certos enigmas que surgem dessa distinção. Assim, Russell enumera três problemas que uma boa teoria das descrições deve dar conta, a saber:

O problema da substitutibilidade dos termos salva congruitate

Se temos a proposição ‘ $a = b$ ’, podemos substituir ‘ b ’ por ‘ a ’ e assim obter ‘ $a = a$ ’. Se fazemos isso, não conservamos a informação da proposição anterior, pois a primeira proposição *a posteriori*, enquanto a segunda é *a priori* – mesmo que a substituição seja feita *salva veritate*. Cria-se aí uma incoerência epistemológica;

O problema da violação da lei do terceiro excluído

Proposições são verdadeiras ou falsas. Não há uma condição de meio termo. Porém, há proposições que parecem violar esta regra lógica. Um exemplo utilizado por Russell seria o de que “o atual Rei da França é calvo”. Não há, porém, nenhum rei da França atual que seja calvo nem provido de cabelo.

⁹ Na teoria de Frege, nomes também têm indiretamente um sentido que ela explica como um modo de apresentação do objeto referido. Em Russell isso não ocorre, devido à relação direta entre o nome e ao objeto que o nome denota (a Frege, refere). Portanto, para Russell esta intermediação pelo sentido fregeano (conceito denotativo/completo denotativo/significado russeliano) trazendo a luz por sua teoria, se dá apenas em descrições.

¹⁰ Hylton caracteriza a filosofia de Russell como uma metafísica baseada em objetos (object-based), já a de Frege como baseada no juízo (judgment-based) (HYLTON, 1990, pp. 273-275). Para uma melhor explicação sobre suas distinções, ver (MAKIN, 2000, cap. 6; IV).

¹¹ Russell busca elucidar um pouco melhor os termos simples e complexo em parte de um conjunto de palestras de 1918 intituladas A Filosofia do Atomismo Lógico. Ver em (RUSSELL, 1968).

O problema da atribuição de um tipo de existência a denotações inexistentes

Se proposições do tipo ‘o Coelho da Páscoa não existe’ são verdadeiras e se proposições como ‘a diferença entre A e B existe’ são falsas, tem-se um problema, pois em ambos os casos não há nenhuma denotação que corresponda às expressões denotativas ‘o Coelho da Páscoa’ e ‘a diferença entre A e B’. Mesmo assim, eles têm algum tipo de subsistência (ser) que permite que falemos e entendamos as sentenças em que estas descrições ocorrem. Logo, somos levados à contradição de que coisas não-existentes possuem algum tipo de existência.

Chamando o que tinha anteriormente na teoria defendida em PoM a função de *conceito denotativo* das expressões denotativas de *significado*, Russell postula que as expressões expressam um significado e denotam uma denotação. Assim como Frege faz em *Sobre o Sentido e a Referência*¹², destaca que quando enunciamos uma sentença, de início não estamos falando acerca do significado do que é denotado, mas sim do que é denotado, ou seja, da própria coisa de que falamos. Porém, há casos em que queremos falar sobre o significado de uma denotação expressa em um complexo denotativo usando os mesmos termos que constituem o complexo. Destes casos, devemos diferenciá-los de alguma forma. Russell opta pelo uso de aspas duplas para diferenciar uma expressão C qualquer de seu significado “C”. Com isso, quando acrescentamos aspas estamos falando do significado, como nos exemplos abaixo do próprio Russell:

- (1) O centro de massa do sistema solar é um ponto, não um complexo denotativo.
- (2) “O centro de massa do sistema solar” é um complexo denotativo, não um ponto.

Em (1) falamos acerca da denotação expressa. Em (2), falamos acerca do significado da expressão. Logo, depois da denotação e do significado como termos lógicos serem identificados, estipulados e analisados, conseguindo expressá-los linguisticamente, podemos também formular enunciados sobre a relação lógica entre estas entidades e conseqüentemente, podemos verificar o que decorre disso. Neste sentido, quando observamos que (I) “C” denota C, ou seja, o significado denota a denotação, estabelecemos uma relação lógica entre o significado e a denotação por meio da proposição de (I). Fazemos isso usando os postulados estabelecidos para, dentro de nosso escopo linguístico, analisar seus próprios constituintes lógicos. A partir desta estratégia Russell formula o argumento da Elegia de Gray

¹² Ver (FREGE, 2009, cap. 7).

(doravante GEA – Gray’s Elogy Argument) (RUSSELL, 1905, p. 486).

4. O argumento da Elegia de Gray

A discussão sobre o GEA é objeto de controvérsias e disputa filosófica por parte de muitos pesquisadores, por não ser explícita ou plenamente estabelecido o que está em jogo ou qual o pano de fundo filosófico a ser considerado na crítica contida no GEA. Porém, há indícios tanto contextuais quanto filosóficos para as análises do argumento. Para tanto, estabeleceremos também a distinção não declarada (ou não considerada) por Russell entre uso e menção de uma expressão denotativa. Contudo, não consideraremos os pormenores sobre como isso influenciaria em uma possível interpretação do argumento¹³ e buscaremos uma interpretação em que Russell possivelmente desconsiderou tal distinção como importante. Tomemos como exemplo a expressão ‘C’, para mencionarmos esta expressão usaremos aspas simples. Quando não colocarmos C entre aspas, estaremos usando-a. Por fim, quando colocamos em meio as aspas duplas, estaremos falando do significado. Consideremos os exemplos de Stevens (2011, p. 84) à la Russell, de acordo com os quais:

- (i) O primeiro-ministro da Inglaterra é uma pessoa, não um conceito denotativo;
- (ii) “O primeiro-ministro da Inglaterra” é um conceito denotativo/significado, não uma expressão denotativa;
- (iii) ‘O primeiro-ministro da Inglaterra’ é uma expressão denotativa, não um conceito denotativo/significado.

Aqui, levaremos em consideração muitas das pressuposições e discussões expostas nos parágrafos anteriores relativos às expressões denotativas. A título de organização, as pressuposições são as seguintes:

- (1) O conhecimento por contato (*knowledge by acquaintance*) russeliano associados ao conceito denotativo/complexo denotativo/significado que a expressão detêm¹⁴;
- (2) Denotar algo que não está entre os constituintes da proposição em que se encontra, sendo tal expressão sobre algo (sobriedade);

¹³ Ver (BROGAARD, 2006, pp. 58-59) e (MAKIN, 2000, pp. 33-37).

¹⁴ Também colocado por Kremer como princípio de contato (*principle of acquaintance*), essencial em seu entendimento acerca do GEA, pois a aceitação das consequências expostas no argumento enfraqueceram este princípio, fazendo Russell desistir de tal abordagem. Ver (KREMER, 1994, pp. 291-292).

- (3) Uma expressão denotativa pode ser constituída de outras expressões denotativas;
- (4) Uma expressão denotativa tem significado e denotação, sendo estes seus constituintes linguísticos. Contudo, algumas expressões podem ser vazias e não denotar nada;
- (5) Uma expressão C tem seu significado representado pela colocação de aspas duplas, ou seja, “C”. Nesse caso, a primeira trata da denotação enquanto a segunda do significado da expressão .
- (6) A relação lógica entre os constituintes linguísticos da expressão ‘C’ se dá pela expressão “‘C’ denota C’ .

Russell reconheceu e considerou, pelo menos, alguns destes pressupostos para testar a coerência da teoria intercambiável entre sua teoria de 1903 com a teoria de Frege usada em OD. A análise de Russell considera duas objeções a sua própria teoria:

O1. Existe uma dificuldade para falar no significado de expressões por meio da linguagem apenas usando apenas aspas duplas para identificá-las no discurso, e a tentativa de substituí-las por algum outro termo é falha. Logo, torna-se impossível manter uma distinção entre significado e denotação sem que ambos sejam um e o mesmo, pois

O2. Não temos como falar sobre significados sem recorrer a expressões denotativas.

Russell busca um exemplo mencionando a expressão denotativa ‘a primeira linha da Elegia de Gray’. Nesse exemplo, ele opera com o que é denotado pela expressão assim como com seu significado. Temos aqui, como exemplo:

- (i) “A primeira linha da Elegia de Gray” denota a primeira linha da Elegia de Gray.
- (ii) A primeira linha da Elegia de Gray denota ‘O sinal de apagar o fogo dobra os sinos do dia que parte’.

Além disso, há a possibilidade de perguntarmos pelo significado de uma expressão formulando uma proposição na qual tenhamos a expressão denotativa ‘o significado de C’ em sua constituição. Assim, de acordo com a teoria e levando em consideração (4), concluímos que a expressão denotaria o significado da denotação de ‘C’, pois tudo se passa como se quiséssemos falar sobre ‘a denotação de C’, então ela denotaria a denotação da denotação de ‘C’ (STEVENS, 2011, p. 85), pois quando falamos de C, de acordo com (5) falamos da

denotação da expressão que usamos – neste caso, ‘C’.

Portanto, se quiséssemos usar os termos de maneira correta para denotarmos o que queremos, teríamos que utilizar ‘o significado de ‘C’’. Esta seria a mesma que ‘“C”’. Do mesmo modo, a expressão ‘a denotação de ‘C’ ’ seria a mesma que C. Vale observarmos que quando Russell diz ‘o mesmo’, ele quer dizer que as duas expressões utilizadas denotam coisas iguais, ou seja, elas são sinônimas uma da outra. Entretanto, quando temos expressões sinônimas acerca das quais quero denotar a denotação e nos voltamos para falar acerca do significado das expressões, acabamos perdendo a denotação que gostaríamos de denotar. Assim, consideremos “C” como “a proposição contida em (i)”. Temos, portanto, ‘C’ como “A primeira linha da Elegia de Gray” e ‘a denotação de ‘C’ ’ pelo ‘o sinal de apagar o fogo dobra os sinos do dia que parte’. Porém, ‘a denotação de C’ deveria ser exposta por C, ou seja, por “A primeira linha da Elegia de Gray”. No entanto, esta é infeliz, uma vez que não aponta o que desejávamos apontar, pois havia a intenção de denotar o significado da expressão.

O ponto que queríamos mostrar com o exemplo da Elegia de Gray era, levando em conta o pressuposto (c), que quando alguma proposição é acrescida dentro de um conceito denotativo/complexo denotativo/significado qualquer, (como exemplo da expressão ‘o significado de C’ ou até um ‘“C”’, sendo ‘C’ uma expressão denotativa qualquer) ela passa a constituir a proposição que denota uma denotação. Com isso, torna-se difícil falar acerca do significado da mesma. Da mesma maneira, quando buscamos falar sobre ‘C’, falamos de certa forma de algo que denota ‘C’. Portanto, pelo pressuposto (6), estamos expondo seu significado, ou seja, “‘C’”. Todavia, este “‘C’” é em si também uma expressão na forma ‘“‘C’”’, que denota um significado e assim *ad infinitum*¹⁵.

Observemos que isto nunca deixará de ocorrer se mantivermos a distinção entre significado e denotação. Mostramos (O2): o significado sempre por meio de uma expressão denotativa. Logo, quando o significado integra um complexo denotativo, ele passa a fazer parte deste complexo denotativo com a função de denotar algo. Portanto, de acordo com (2), o complexo denotativo não poderia fazer isso, pois ele faz parte da constituição do significado, uma vez que nos informa que “‘C’” e ““‘C’”” são entidades distintas. Mesmo

¹⁵ Hylton chama tal fenômeno de regressão da análise. Ele desenvolveu uma interpretação da GEA, baseado nestas consequências de (6) e (1), onde explicita que cada conceito denotativo denotando seguidamente um ao outro dentro desta regressão seriam distintos um do outro, gerando uma hierarquia infinita de conceitos, que aparentemente afastam-se progressivamente de uma adequada condição epistemológica da significatividade de uma descrição em sua filosofia, ou seja, associada ao seu princípio de contato. Ver (HYLTON, 1990, cap. 6).

que admitamos (6), a análise efetivamente não explica ambos os componentes linguísticos em uma expressão denotativa qualquer como Russell queria fazer¹⁶. Levando em consideração que, dentro da teoria denotativa de Russell, não há muito a ser feito do que abdicar da distinção entre denotação e significado, admitindo-os como um e o mesmo (O1), propondo logo após em OD sua análise lógico-formal das expressões descritivas e mostrar como esta teoria solucionava os três enigmas propostos em seu artigo.

Considerações Finais

A progressão do pensamento de Russell desde o *Principles of Mathematics* até o *On Denoting* pautou-se por princípios estabelecidos dentro de uma tradição que iniciou-se em um idealismo e foi migrando para uma abordagem comprometida com um realismo de base empírica. Em seu desenvolvimento filosófico, Russell chegou a concepção de análise lógica da linguagem, meio pelo qual a sua própria fundamentação filosófica e explicações se dão. Podemos ver isso na seguinte passagem de uma obra mais madura de Russell (coincidentalmente, ou não, no capítulo concernente a descrições) que ele elucida isso explicitamente:

A questão da ‘irrealidade’, com que nos deparamos nesse ponto, é muito importante. A grande maioria dos lógicos [inclusive ele mesmo em PoM] que lidaram com essa questão cuidou dela segundo linhas erradas. Consideraram a gramática um guia seguro para análise do que de fato é. E não souberam quais diferenças na forma gramatical são importantes. (...) Na falta de um aparato das funções proposicionais, muitos lógicos foram levados à conclusão que existem objetos irrealis. (...) Parece que em tais teorias há uma falha no sentimento de realidade que deve ser preservado até mesmo nos estudos mais abstratos. Sustento que a Lógica não deve admitir um unicórnio mais do que admite a Zoologia. Pois a Lógica está tão interessada no mundo real quanto na verdade está a Zoologia, embora com suas características mais abstratas e gerais. (RUSSELL, 1981, pp. 161-162, tradução nossa)

De 1903 a 1905, suas posições e compromissos filosóficos substancialmente não se modificaram. Porém, as ferramentas para submeter sua teoria lógica a esforço lograram alterações substanciais em suas investigações lógicas, assim como seu modo de fazer filosofia. Como o próprio Russell disse, os lógicos deixaram-se influenciar pela forma gramatical. Por isso, diante dos problemas eles não realizavam uma análise lógica dos termos envolvidos em sua explicação, nem de como funcionavam os termos e processos de

¹⁶ Nas palavras de Russell, “(...) a relação entre C e “C” continua completamente misteriosa (*wholly mysterious*)” (RUSSELL, 1978, p. 14, tradução nossa).

atribuição de existência, significado e denotação por meio da própria linguagem. Em dois anos de investigação, a própria teoria encontrou dificuldades que demandaram outra abordagem, e essa nova abordagem levou à formulação do argumento da Elegia de Gray, o qual confronta uma linha de pensamento lógico-linguístico que considera uma entidade intermediária que realiza a ligação entre palavras e objetos.

Mesmo havendo críticas acerca do que o argumento em OD nos proporciona discutir de fato, é inegável a influência deste breve artigo dentro da história e no próprio desenvolvimento da filosofia analítica contemporânea. Podemos ter aqui como exemplos diretos de continuidade do tema: a própria crítica a Russell no artigo *On Referring* (STRAWSON, 1950), onde Peter Strawson distingue significado e uso de uma expressão, defendendo que descrições definidas não tem significado independente do contexto de uso; e (DONNELLAN, 1966) temos uma crítica e ampliação das ideias de Russell e Strawson, destacando a distinção entre o *uso referencial* e o *uso atributivo* das descrições definidas. Estudos já atrelados à influência da concepção de análise lógica da linguagem russeliana – além do próprio Círculo de Viena (que detinham influência em boa parte do primeiro Wittgenstein) – temos por exemplo a análise de demonstrativos e indexicais de David Kaplan, as teorias sobre a referência e nomes próprios de Saul Kripke e até as abordagens analíticas sobre compromisso ontológico de W.V.O. Quine.

Logo, mesmo voltado a um tema de investigação tão específico, o escopo alcançado e toda a progressão intelectual de Russell nestes anos entre PoM e OD mostram como a prática filosófica engajada e construtiva pode ser inspiradora e de consequências duradouras à comunidade.

Referências Bibliográficas

BROGAARD, B. The ‘Gray’s Elegy’ Argument, and The Prospects for the Theory of Denoting Concepts. *Synthese* 152 (1), pp. 47-79, 2006.

DONNELLAN, Keith S. Reference and Definite Descriptions. *The Philosophical Review*, 75(3), 281: pp. 281-304, 1966.

FARIA, Paulo. História da Filosofia Analítica. In: BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. J. (Ed.) *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo, Martins Fontes,

2006.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.

HYLTON, Peter. *Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy*. Oxford University Press, 1990.

KREMER, Michael. The Argument of ‘On Denoting’. *Philosophical Review* 103(2): pp. 249-297, 1994.

MAKIN, Gideon. *The Metaphysicians of Meaning: Russell and Frege on Sense and Denotation*. Routledge, 2000.

NEALE, S. *Descriptions*. Cambridge, MA: MIT Press Books, 1990.

SOAMES, Scott. *Philosophical Analysis in the Twentieth Century*. Princeton University Press, 2003.

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. *Mind* 14, pp. 479–493, 1905.

RUSSELL, Bertrand. *Principles of Mathematics*. Cambridge University Press, 1903.

RUSSELL, Bertrand. On the Meaning and Denotation of Phrases. In: URQUHART, Alasdair. *Foundations of Logic 1903-05. The Collected Papers of Bertrand Russell, Volume IV*. ed. London and New York: Routledge, 1994.

RUSSELL, Bertrand. *Coleção Os Pensadores, Vol. LIII*. Tradução de Pablo Rubém Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RUSSELL, Bertrand. *Introdução à Filosofia Matemática*. Tradução de Giasome Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

STEVENS, Graham. *The Theory of Descriptions: Russell and the Philosophy of Language (History of Analytic Philosophy)*. Palgrave Macmillan UK, 2011.

STRAWSON, Peter F. On Referring. *Mind*, New Series, v. 59 (235): pp. 320-344, 1950.